

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento Subsecretaria de Financiamento Externo

ATA DE REUNIÃO

Ata de Reunião

172ª Reunião Cofiex

Às 16h do dia 14 de março de 2024, realizou-se a 172ª Reunião Cofiex, no formato de videoconferência, por meio da plataforma Microsoft Teams.

As indicações de recomendações dos membros foram proferidas na videoconferência acerca das cartasconsulta que haviam sido disponibilizadas na Agenda, documento anexado ao e-mail de convocação para a reunião.

A reunião contou com a participação dos seguintes membros:

- 1. Renata Vargas Amaral, Presidente da Cofiex, substituta;
- 2. Vanessa Carvalho dos Santos, representante da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento SEAID (MPO);
 - 3. Débora Freire Cardoso, representante da Secretaria de Política Econômica SPE (MF);
 - 4. Suzana Teixeira Braga, representante da Secretaria do Tesouro Nacional STN (MF);
- 5. Ivan Tiago Machado de Oliveira, representante da Secretaria de Assuntos Internacionais SAIN (MF);
 - 6. Clayton Luiz Montes, representante da Secretaria de Orçamento Federal SOF (MPO);
- 7. Leany Barreiro de Sousa Lemos, representante da Secretária Nacional de Planejamento SEPLAN (MPO);
- 1. Abertura e boas-vindas Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento, da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento, do Ministério do Planejamento e Orçamento (SEAID/MPO)

Renata Vargas Amaral iniciou a reunião cumprimentando a todos e abriu espaço para que os representantes de cada Secretaria, que indicariam os votos, se apresentassem. Na sequência, deliberou sobre a Ata da 170ª Reunião da Cofiex que ocorreu no dia 7 de dezembro de 2023, informou que a Minuta da Ata da 170ª Reunião foi enviada a todos e questionou se haveria alguma manifestação com relação à mesma tendo em vista que nenhum comentário foi recebido oficialmente na Secretaria-Executiva da COFIEX. Além disso, deixou registrado que com relação à 171ª Reunião não há Ata a ser aprovada tendo em vista que esta se deu por consulta via SEI.

2. Limite de Garantia e Deliberação acerca de Sublimites

Vanessa Carvalho dos Santos, Secretária-Adjunta de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento, informou sobre o limite de garantia concedido pela União para operações de crédito para o ano de 2024, que é definido pela STN.

Para este ano, foram definidos os seguintes limites:

- Para os entes subnacionais, o limite é de US\$ 5 bilhões;
- Para os pleiteantes do Governo Federal, o limite é de US\$ 3,36 bilhões.

Informou também que os limites de entes subnacionais possuem sublimites a serem definidos, apresentando assim as seguintes sugestões para a deliberação dos membros:

- Para entes subnacionais que tenham aderido ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal PEF e Regime de Recuperação Fiscal RRF: US\$ 500 milhões;
- Para projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs): US\$ 500 milhões;
- Para projetos ambientais e climáticos, será sugerido um limite no mesmo valor na próxima reunião, US\$ 500 milhões.

Vanessa perguntou se algum membro é contrário à aprovação dos sublimites para projetos de entes subnacionais, conforme sugerido.

Não havendo manifestação contrária às sugestões propostas, Vanessa passou então a tratar dos limites definidos para esta reunião:

- Para entes subnacionais que tenham aderido ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal PEF e Regime de Recuperação Fiscal – RRF, o limite é de US\$ 500 milhões;
- Para projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs): o limite é de US\$ 500 milhões;
- Para os demais entes subnacionais, o limite é de US\$ 1 bilhão;
- Para os pleiteantes do Governo Federal, o limite é de US\$ 3,36 bilhões.

Foi informado que os resultados das deliberações da Cofiex e do GTEC-Execução serão liberados no site, em até 48h após a reunião. E ressaltou-se a importância da não divulgação dos resultados das referidas reuniões.

Vanessa mencionou também que o mesmo vale para a presente reunião, então reforçou a importância da não divulgação dos resultados entre a Pré-Cofiex e a Cofiex.

Antes de passar para o próximo item da pauta, Vanessa abriu a palavra para os membros, caso haja alguma dúvida ou consideração a ser feita.

Não houve manifestação contrária e Vanessa passou então a palavra ao Paulo Henrique, Subsecretário de Financiamento Externo para dar continuidade a Reunião e falar sobre as Cartas-Consulta a serem apreciadas.

3. Início dos debates

Paulo Henrique, Subsecretário de Financiamento Externo, informou que, a pauta desta reunião é composta por 46 cartas-consulta, perfazendo um total de recursos a serem financiados por organismos internacionais da ordem de US\$ 7,3 bilhões. Dentre estas 46 cartas-consulta, 42 são provenientes de entes subnacionais e suas companhias, que somam um total de US\$ 5,5 bilhões, e 4 cartas-consulta são provenientes de empresas públicas de entes federais, além dos próprios entes federais, no valor de US\$ 1,8 bilhão. As cartas-consulta foram apresentadas individualmente. Primeiramente, foram analisados os projetos/programas federais e, em seguida, os projetos/programas subnacionais. Após as análises técnicas

e debates, cada membro fez suas indicações de recomendação.

4. Deliberações

Paulo Henrique repassou a pauta, iniciando pelos projetos/programas federais. Em seguida, apresentou os pleitos de entes subnacionais. Como foi feito da última vez, foram apresentados os projetos federais em bloco e após foi aberta a palavra para manifestação de cada membro do GTEC.

As indicações de recomendação se deram da seguinte forma:

Membros	SPE	STN	SAIN	SOF	SEAID	SEPLAN	MRE		
PROJETOS/PROGRAMAS FEDERAIS									
Programa Piloto de Gestão Proativa, Segura e Resiliente da Malha Rodoviária no Nordeste	Retirada de pauta								
PROGRAMAS DE EMPRESA	S PÚBLICAS	FEDERAIS	ı	ı	ı	ı			
Programa de Fomento a Infraestrutura de Energia Sustentável na Amazônia	Aprovação								
Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal do Banco do Brasil	Aprovação								
Programa de Modernização e Transformação Ecológica dos Correios	Aprovação								
PROJETOS SUBNACIONAIS	•								
Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará - PROFISCO III	Aprovação								
Programa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar de Santa Catarina: Resiliência Ambiental, Inovação e Inclusão Social no Espaço Rural	Aprovação								

Membros	SPE	STN	SAIN	SOF	SEAID	SEPLAN	MRE
Programa de Apoio à Infraestrutura Urbana, Rural e Social para Atingimento dos ODS II	Aprovação						
Programa de manutenção proativa, adequação a resiliência climática e segurança viária de rodovias do Estado de Mato Grosso do Sul	Aprovação						
Programa de Infraestrutura Sustentável do Estado da Bahia	Aprovação						
Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Amazonas - PROFISCO III - AM	Aprovação						
Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza	Aprovação						
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	Retirada de pauta						
Programa de Mobilidade Inteligente, Sustentável e Segura do Município de Porto Alegre	Retirada de pauta						
Programa de Investimentos para o Desenvolvimento da Infraestrutura de Energia Elétrica em Santa Catarina.	Retirada de pauta						

Membros	SPE	STN	SAIN	SOF	SEAID	SEPLAN	MRE
Programa de sustentabilidade fiscal, econômica, social e ambiental do Estado do Amazonas	Retirada de pauta						
Projeto Salvador Social do Município de Salvador - 3ª Fase	Retirada de pauta						
Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Porto de Galinhas Ipojuca/PE	Retirada de pauta						
Programa Agrologístico de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar, Turismo Inclusivo e Adaptação as Mudanças do Clima no Estado do Tocantins	Retirada de pauta						
Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte 2ª Etapa	Retirada de pauta						
Programa de Qualificação Urbana de Centralidades em Belo Horizonte - Qualificação de Centralidades	Retirada de pauta						
Programa de Drenagem Urbana Resiliente às Mudanças Climáticas de Porto Alegre	Retirada de pauta						
Programa de Expansão do Acesso e Elevação da Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica no Estado no Estado do Pará - PROETEC	Retirada de pauta						

Membros	SPE	STN	SAIN	SOF	SEAID	SEPLAN	MRE
Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Porto de Galinhas Ipojuca/PE	Retirada de pauta						
PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE CONTAGEM	Retirada de pauta						
PROGRAMA MUNICÍPIOS SUSTENTÁVEIS DO ESTADO DO PARÁ: INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO NA PRAIA DO ATALAIA EM SALINÓPOLIS/PA - PROSEP III	Retirada de pauta						
Campinas + Sustentável: Construindo um Futuro Melhor	Retirada de pauta						
Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia dos Gastos Públicos do Estado do Amazonas	Retirada de pauta						
Pará Mais Digital - Conectividade Significativa para a Transformação Digital do Pará.	Retirada de pauta						
Programa de recuperação e manutenção proativa, segura e resiliente de rodovias estaduais do Piauí	Retirada de pauta						
Projeto de financiamento para transição sustentável: aceleração do processo de eletrificação da frota de ônibus de Salvador	Retirada de pauta						

Membros	SPE	STN	SAIN	SOF	SEAID	SEPLAN	MRE
Projeto do Estado de São Paulo - Centro de Referência em excelência à saúde para a rede do Estado de São Paulo - HCFMUSP	Retirada de pauta						
PROJETO DO ESTADO DE SÃO PAULO - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL PAULISTA	Retirada de pauta						
Programa de Investimento em Saúde para o Fortalecimento e Consolidação da Rede de Atenção às Doenças Crônicas não Transmissíveis e Saúde Digital no Estado de Alagoas	Retirada de pauta						
Projeto do Estado de São Paulo: Agro Paulista Mais Verde	Retirada de pauta						
Projeto do Estado de São Paulo - Obras Civis da Expansão da Linha 2- Verde	Retirada de pauta						
Implantação do Corredor de Transporte Coletivo BRT Expresso DF do Eixo Norte Etapa 1	Retirada de pauta						
Programa de Sustentabilidade Ambiental das Microrregiões de Água e Esgoto de Pernambuco - PSA Microrregiões	Retirada de pauta						

Membros	SPE	STN	SAIN	SOF	SEAID	SEPLAN	MRE	
Programa Minas para Resultados: Descarbonização e Resiliência Climática da Carteira de Crédito do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	Retirada de pauta							
Programa de Financiamento à Infraestrutura Urbana e Social para os Municípios de Minas Gerais	Retirada de pauta							
Programa de Infraestrutura e Transformação Digital de Pernambuco	Retirada de pauta							
Programa Viva Bem Joinville - Moradia Social, Mitigação de Inundações e Melhorias Urbanísticas Sustentáveis	Retirada de pauta							
Programa de Drenagem Urbana de São Vicente - São Vicente dos 500 anos	Retirada de pauta							
PLEITOS DE ENTES SUBNAC	CIONAIS QUE	TENHAM AD	DERIDO AO PI	F E RRF				
Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado de Minas Gerais	Retirada de pauta							
PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE GOIÁS - PROFISCO III - GO	Retirada de pauta							
PROGRAMA GOIÁS EM MOVIMENTO RECONSTRUÇÃO - BIRD	Retirada de pauta							
PROJETOS SUBNACIONAIS - PPP								

Membros	SPE	STN	SAIN	SOF	SEAID	SEPLAN	MRE
Projeto do Estado de São Paulo - Aporte de Recursos em Parceria Público Privada para Extensão da Linha 4 - Amarela do Metrô - Fase III	Aprovação	Aprovação	Aprovação	Aprovação	Aprovação	Aprovação	Aprovação
PROJETOS SUBNACIONAIS	- REESTRUTU	JRAÇÃO DE D	ÓÍVIDAS				
Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica e Ambiental do Estado de Pernambuco	Aprovação	Aprovação	Aprovação	Aprovação	Aprovação	Aprovação	Aprovação

Pleitos Federais

Paulo Henrique realizou a leitura em bloco dos Projetos Federais. Na sequência passou a palavra para os representantes do Tesouro e SOF para apresentarem o posicionamento técnico em relação a estes pleitos e depois abriu para os demais membros se manifestarem.

Com relação ao pleito Programa Piloto de Gestão Proativa, Segura e Resiliente da Malha Rodoviária no Nordeste, Clayton Montes informou que o voto da SOF é pela não aprovação tendo em vista o impacto orçamentário dessa operação.

Hélio Miranda mencionou que, com relação ao presente voto a STN segue a mesma linha de raciocínio da SOF. E ressaltou que a comprovação de dotação orçamentária suficiente é requisito legal.

Paulo Henrique abriu a palavra para os demais membros se manifestarem ou tirarem alguma dúvida. Não havendo manifestação, foi aberta a palavra para deliberação e o Subsecretário de Financiamento Externo perguntou se havia alguma manifestação contrária à retirada de pauta do pleito em tela.

Não havendo manifestação contrária, o pleito foi considerado não aprovado e retirado de pauta.

Projetos de Empresas Públicas Federais

Com relação ao Programa de Modernização e Transformação Ecológica dos Correios, Paulo Henrique salientou que a STN indicou na Reunião Pré-Cofiex que faltavam alguns documentos referentes à Carta-Consulta para concluir a análise. Posteriormente a STN enviou um email para esta Cofiex informando que a documentação foi enviada e a análise concluída. Sendo assim, foi passada a palavra à STN para manifestação.

A STN por sua vez informou que foi realizada a complementação de documentação solicitada resultando na conclusão da análise e por isso não há óbice à aprovação do pleito.

Paulo Henrique ressaltou então que os três pleitos possuíam recomendação de aprovação e abriu a palavra para deliberação e perguntou se algum dos membros se posicionava contrariamente à aprovação dos pleitos apresentados pelas Empresas Públicas Federais.

Tendo em vista que não houve manifestação contrária, os três projetos foram considerados aprovados.

Pleitos Subnacionais

Paulo Henrique informou que, os pleitos de entes subnacionais seriam repassados em blocos e que primeiro seriam apresentados todos os que conseguiram pontuação para serem aprovados dentro do limite e em seguida os demais.

Após a leitura dos pleitos que se enquadram dentro dos limites de garantia do União, Paulo Henrique abriu a palavra para que cada um dos membros pudesse tirar dúvidas ou fazer comentários em relação aos pleitos apresentados.

Não havendo dúvidas, Paulo Henrique abriu para deliberação e perguntou se algum dos membros se manifestava contrariamente a aprovação dos pleitos de entes subnacionais. Tendo em vista que não houve manifestação dos membros, os pleitos foram considerados aprovados.

O Subsecretário passou então para próximo projeto da pauta que possui um valor de financiamento de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares), e informou que o limite restante para esta reunião é de aproximadamente US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares), mas que de acordo com o parágrafo 5º do artigo 5º da Resolução nº 17, a Cofiex pode ser ampliado o limite da reunião em até 10% caso haja um pleito cujo valor de financiamento esteja parcialmente contemplado no limite. Então, assim seria possível recomendar à Cofiex a aprovação deste pleito caso todos os membros concordassem com a utilização da prerrogativa.

Caso esta prerrogativa do artigo 5º não fosse utilizada, o valor de US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares), ficaria sem utilização. O GTEC durante a reunião da Pré-Cofiex sugeriu a recomendação para a aprovação deste pleito. Paulo Henrique então, listou o pleito que está sendo discutido: Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza do Município de Fortaleza com a CAF.

Paulo Henrique reforçou que o empréstimo é no valor de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares) e a contrapartida de US\$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares) e o objetivo desse projeto é promover o desenvolvimento socioambiental da cidade de Fortaleza, por meio da execução de ações voltadas à melhoria da infraestrutura urbana, urbanização, drenagem, iluminação pública e instalação de equipamentos urbanos.

O Subsecretário de Financiamento Externo perguntou aos membros se todos estavam de acordo com a utilização da prerrogativa do parágrafo 5º do artigo 5º da Resolução nº 17, da Cofiex e, consequentemente, a aprovação deste pleito.

Não havendo manifestação contrária, Paulo Henrique considerou o sétimo pleito também aprovado e passou à leitura dos pleitos que ficaram fora da pauta por excederem o limite disponível para esta reunião.

Após a leitura, Paulo Henrique listou os outros cinco pleitos que ficaram fora de pauta e abriu a palavra para a STN se manifestar em relação ao regime de recuperação fiscal e também aos proponentes que apresentaram CAPAG C.

Suzana Braga mencionou que trata-se de motivação legal para retirada de pauta, então os pleiteantes que possuem CAPAG A e B podem contar com o limite de garantia da União e aqueles que possuem CAPAG C e D não podem ser contemplados, sendo assim, foram retirados de pauta. Com relação ao BDMG como já foi colocado é necessário que os Estados que estejam em regime de recuperação fiscal prevejam em seu plano de recuperação fiscal estas operações e especialmente Minas Gerais não teve seu plano de recuperação fiscal homologado pelo Ministério da Fazenda e por isso também está sendo retirado de pauta.

Paulo Henrique abriu para deliberação e perguntou se algum dos membros se posicionava contrariamente à recomendação de retirada de pauta dos trinta pleitos sendo que vinte e cinco pelo limite e os outros cinco por motivos legais como explanado pela Suzana representante da STN.

Não havendo manifestação contrária, Paulo Henrique considerou os trinta itens de pauta e passou para o próximo item da lista.

Pleitos de entes subnacionais que tenham aderido ao PEF e RRF

Paulo Henrique informou que, neste tópico foram listados três pleitos e que a recomendação é de que todos fossem retirados de pauta pelos motivos que passou a expor:

- Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado de Minas Gerais, projeto do estado de Minas Gerais com o Banco Mundial e, assim como no caso do BDMG, o proponente aderiu ao regime de recuperação fiscal, mas não teve o seu plano de recuperação fiscal homologado e por este motivo o projeto não pode ser aprovado;
- Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Goiás PROFISCO III com o BID e também for retirado de pauta porque a operação pleiteada também não se encontra prevista no plano de recuperação fiscal do ente conforme manifestação do conselho de supervisão do regime de recuperação fiscal;
- Programa Goiás em movimento, reconstrução do Banco Mundial, no valor de US\$152.000.000,00 (cento e cinquenta e dois milhões de dólares) e assim como nos dois últimos pleitos a operação requerida não se encontra prevista no plano de recuperação fiscal do ente;

Paulo Henrique abriu para deliberação e perguntou se algum dos membros se posiciona contrariamente à recomendação de retirada de pauta dos três pleitos listados. Não havendo manifestação contrária os pleitos foram então retirados de pauta.

Pleitos de entes subnacionais - PPP

O Subsecretário de Financiamento Externo passou para a leitura do próximo item da pauta: Projeto do Estado de São Paulo - Aporte de Recursos em Parceria Público Privada para Extensão da Linha 4 - Amarela do Metrô - Fase III, mencionou a recomendação do GTEC para aprovação do pleito e perguntou se algum dos membros se manifestava contrariamente a aprovação. Não havendo manifestação, considerou o pleito aprovado.

<u>Projetos subnacionais - Reestruturação de Dívidas</u>

Neste tópico foi informado que o programa de restruturação de dívidas, caso as dívidas já estejam garantidas pela União, pode ser aprovada independente da CAPAG do Estado se as dívidas ainda não forem garantidas, o Estado precisa ter CAPAG A ou B.

O projeto nesse item da pauta é o Programa de Sustentabilidade Fiscal Econômica Ambiental do Estado de Pernambuco, o financiador é o Banco Mundial são US\$275.000.000,00 (duzentos e setenta e cinco milhões de dólares) e o objetivo é contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado de Pernambuco e incentivar as empresas pernambucanas adotarem boas práticas ambientais, sociais e de governança.

Paulo Henrique informou ainda que, Pernambuco tem CAPAG C, mas como todas as dívidas já estão garantidas pela União, este projeto poderia receber a recomendação de aprovação.

Paulo Henrique abriu então para deliberação, e perguntou se algum dos membros se posiciona contrariamente a aprovação deste pleito. Por não haver manifestação contrária, o pleito foi considerado aprovado e Paulo Henrique passou a palavra para Vanessa.

5. Justificativas para recomendação de retirada de pauta de Programas/Projetos:

Solicitação do Proponente

- 1. Programa Brasil Contra o Crime;
- 2. Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público;
- 3. Programa Goiás em Movimento e Reconstrução;
- 4. Conectividade Significativa: uma nova agenda digital para o Brasil do Futuro.

Inadequação orçamentária

1. Programa Piloto de Gestão Proativa, Segura e Resiliente da Malha Rodoviária no Nordeste;

Excederam o limite orçamentário da reunião

- 1. Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Espírito Santo;
- 2. Programa de Mobilidade Inteligente, Sustentável e Segura do Município de Porto Alegre;
- 3. Programa de Investimentos para o Desenvolvimento da Infraestrutura de Energia Elétrica em Santa Catarina;
- 4. Programa de sustentabilidade fiscal, econômica, social e ambiental do Estado do Amazonas;
- 5. Projeto Salvador Social do Município de Salvador 3º Fase;
- 6. Programa Agrologístico de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar, Turismo Inclusivo e Adaptação as Mudanças do Clima no Estado do Tocantins;
- 7. Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte 2ª Etapa;
- 8. Programa de Qualificação Urbana de Centralidades em Belo Horizonte Qualificação de Centralidades;
- 9. Programa de Drenagem Urbana Resiliente às Mudanças Climáticas de Porto Alegre;
- 10. Programa de Expansão do Acesso e Elevação da Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Pará PROETEC;
- 11. Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Porto de Galinhas Ipojuca/PE;
- 12. Programa de Requalificação e Desenvolvimento Urbano de Contagem;
- 13. Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará: Infraestrutura e Saneamento na Praia do Atalaia em Salinópolis/PA PROSEP III;
- 14. Campinas + Sustentável: Construindo um Futuro Melhor;
- 15. Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia dos Gastos Públicos do Estado do Amazonas;
- 16. Pará Mais Digital Conectividade Significativa para a Transformação Digital do Pará;
- 17. Programa de recuperação e manutenção proativa, segura e resiliente de rodovias estaduais do Piauí;
- 18. Projeto de financiamento para transição sustentável: aceleração do processo de eletrificação da frota de ônibus de Salvado;
- 19. Projeto do Estado de São Paulo Centro de Referência em excelência à saúde para a rede do Estado de São Paulo HCFMUSP;
- 20. Projeto do Estado de São Paulo Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista;
- 21. Programa de investimento em saúde para o fortalecimento e consolidação da rede de atenção às doenças crônicas não transmissíveis e saúde digital no estado de Alagoas;
- 22. Projeto do Estado de São Paulo: Agro Paulista Mais Verde;

- 23. Projeto do Estado de São Paulo Obras Civis da Expansão da Linha 2-Verde;
- 24. Implantação do Corredor de Transporte Coletivo BRT Expresso DF do Eixo Norte Etapa 1;
- 25. Programa de Sustentabilidade Ambiental das Microrregiões de Água e Esgoto de Pernambuco PSA Microrregiões.

Impossibilidade de verificação da inclusão da concessão de garantia no PRF

- 1. Programa Minas para Resultados: Descarbonização e Resiliência Climática da Carteira de Crédito do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais;
- 2. Programa de Financiamento à Infraestrutura Urbana e Social para os Municípios de Minas Geral.

A operação pleiteada não se encontra prevista no Plano de Recuperação Fiscal vigente

- 1. Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado de Minas Gerais.
- 2. Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Goiás PROFISCO III;
- 3. Programa Goiás em Movimento e Reconstrução.

Apresentação da Capacidade de Pagamento com classificação C

- 1. Programa de Infraestrutura e Transformação Digital de Pernambuco;
- 2. Programa Viva Bem Joinville Moradia Social, Mitigação de Inundações e Melhorias Urbanísticas Sustentáveis;
- 3. Programa de Drenagem Urbana de São Vicente São Vicente dos 500 anos.

6. Encerramento

Vanessa esclareceu sobre a definição dos sublimites, reforçou que tratava-se se uma deliberação e perguntou se algum dos membros possuía alguma consideração a fazer ou manifestava-se contrariamente a aprovação da sugestão apresentada. Não havendo manifestação contrária, considerou os sublimites aprovados.

Renata agradeceu os esclarecimentos da Vanessa acerca da deliberação sobre os sublimites e disse que não havendo mais nenhum comentário ou questionamento a ser feito, encerrava a presente Reunião Cofiex e que a próxima Reunião ocorrerá no dia 13/06/2024, e agradece a todos.

Vanessa informou sobre o curso de capacitação para os entes subnacionais para que eles possam submeter pleitos de financiamento externo, pois foi identificado que a ferramenta de financiamento externo ainda é pouco utilizada pelos Municípios. Mencionou que eles também possuem potencial tomando como base todos os limites que eles possuem dentro da Cofiex, a CAPAG, bem como número de habitantes. E que desde o ano passado estão sendo trabalhadas uma série de Memorandos com Bancos Multilaterais e uma cooperação técnica específica com a CAF para a viabilização desse curso de capacitação.

Informou também que, no ano de 2023, foi assinado um Memorando de entendimento com o Banco Mundial para igualdade de gênero, empoderamento feminino e este ano foi assinado um Memorando de entendimento com o BID mais voltado para a parte de transversalização de gênero em políticas públicas e que também será assinada uma cooperação técnica com a CAF para a obtenção dos recursos necessários para que de fato sejam implementadas estas medidas de capacitação. Além disso, anunciou que será realizado um seminário para capacitação e que todas as informações serão compartilhadas com os

membros para que todos possam ajudar no trabalho de divulgação do curso que está previsto para acontecer nas datas 8, 9 e 10 de maio de 2024.

Vanessa ressaltou ainda que, foram convidadas as prefeitas e governadoras atuais, para que possa ser abordado o tema de financiamento externo, explicar como esse trâmite acontece e para que os bancos também possam contribuir compartilhando suas experiências na temática de gênero dentro dos projetos, para que elas possam entender como dentro das suas perspectivas locais, dentro das políticas locais, a ferramenta de financiamento externo pode ser utilizada. A parceria será realizada com a ENAP para que se possa elaborar um curso remoto para gestoras de políticas públicas para que elas possam acessar a ferramenta de financiamento e também um curso EAD que ficará disponível na plataforma de educação da ENAP. E que conforme novas atualizações forem sendo feitas, todos serão informados.

Nada mais havendo a tratar, o grupo deu por encerrada a reunião. Eu, Renata Vargas Amaral, Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento, assino a presente Ata, após a confirmação por e-mail de todos os representantes acerca de seu teor.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Carvalho dos Santos**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 31/07/2024, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vargas Amaral**, **Presidente**, em 31/07/2024, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543</u>, <u>de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0, informando o código verificador 43933034 e o código CRC E50500DA.

Referência: Processo nº 03101.000416/2024-63 SEI nº 43933034